



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## A Capoeira Patrimonializada: Pernambuco em Questão

Jacira Silva de França  
Universidade Federal da Paraíba – PPGS  
[Jacira.franca@yahoo.com](mailto:Jacira.franca@yahoo.com)

Patrimônio, na acepção primeira da palavra, se refere à herança, propriedade de bens, pertença. Neste sentido, torna-se uma expressão aplicada aos mais variados campos da vida social: patrimônio econômico, patrimônio imobiliário, patrimônio de família, entre outros. Mas, aqui está em questão um tipo específico de patrimônio: o cultural e, mais especificamente, o patrimônio imaterial. De acordo com a Constituição Federal de 1988,

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Mesmo definido na Constituição Federal que a categoria patrimônio cultural inclui bens de natureza material e imaterial, só recentemente, através do Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000, foi instituído o registro de bens patrimoniais imateriais. Desta forma, foi criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) pautado em quatro Livros de Registro: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares. Este Decreto determina que “a inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e a sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira” (Brasil, 2000, p. 01).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

O Decreto nº 3.551 chama à atenção para o entrelaçamento entre bens culturais, memória e identidade. Este entrelaçamento não é específico do Brasil, está contido na idéia de patrimônio nacional formulada desde o processo de formação dos Estados nação europeus, especialmente, depois da Revolução Francesa em que foram estabelecidos princípios de proteção do patrimônio (material) em prol da preservação da memória e da identidade (nacional)<sup>1</sup>.

Tratando dos conceitos de memória e identidade, tal qual formulado contemporaneamente, temos: primeiro, a memória entendida em sua dimensão coletiva, como um processo de construção social que está sujeito a mudanças e re-significações “submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes” (Pollak, 1992, p. 201). Além disso, é preciso considerar que “para fazer lembrar, é também preciso fazer esquecer” (Abreu, 2007, p. 265). Camargo (2006) sintetiza bem os elementos envolvidos na categoria memória quando relacionada ao patrimônio:

(...) Preservar a memória significa, sempre, construir memória. E como ocorre em toda construção, essa atividade humana envolve os julgamentos e as escolhas que sustentam a produção de bens simbólicos. Em última instância a construção da memória compõe os processos que realizam a produção sistemática de novas celebrações que passam a conviver com marcos temporais e temas demarcadores existentes. (p. 52)

A construção da memória está intimamente ligada às elaborações da identidade. Como aponta Hall (2001, p. 15-16), “a identidade é um lugar que se assume uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada”. Assim, tratar de identidade é tratar de situações estruturadas socialmente ou grupalmente e, portanto, não devem ser encaradas como algo fixo e imutável.

Até aqui, foi colocado de maneira descritiva os conceitos de patrimônio cultural, memória e identidade. Indo um pouco mais além da mera descrição, podemos considerar que o patrimônio tem como uma de suas premissas registrar, preservar, manter um dado bem cultural – foquemos aqui no patrimônio imaterial – estes são verbos que nos remete à idéia de permanência no tempo e no espaço de certas

---

<sup>1</sup> Para um debate mais completo sobre a ampliação do conceito de patrimônio, especialmente no Brasil, ver Fonseca (2005).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

características. Mas, ao partir da conceituação de memória e identidade como construtos sócio-culturais a idéia que emerge é a da mudança, da contínua re-significação no tempo e no espaço. Assim, um dos primeiros embates quando tratamos de patrimônio é levar em consideração tanto os elementos de permanência e mudança, principalmente na esfera da cultura dita tradicional. Mesmo porque há um certo mito de que pra ser tradicional tem que ser imutável. Autores como Hall (2006) procuram desmistificar esta idéia de tradição como algo estático. Nas palavras de Hall:

A tradição funciona, em geral, menos como doutrina do que como *repertórios de significados*. Cada vez mais, os indivíduos recorrem a esses vínculos e estruturas nas quais se inscrevem para dar sentido ao mundo, sem serem rigorosamente atados a eles em cada detalhe de sua existência. (Hall, 2006, p. 74)

Hall ainda explica: “O perigo surge porque tendemos a pensar as formas culturais como algo inteiro e coerente ou inteiramente corrompidas ou inteiramente autênticas, enquanto que elas são profundamente contraditórias...” (Hall, 2006, p. 255-256). Além de contraditórias, apresentam conflitos, disputas que muitas vezes são subsumidas no processo de patrimonialização, mas estão presentes na tessitura destas manifestações culturais. Deste modo, a questão central no presente trabalho não é tanto o que patrimonializar, mas porque patrimonializar um bem cultural e quais as implicações deste processo. Antes de entrarmos neste debate, falemos um pouco da manifestação cultural que é o elo neste texto: a Capoeira.

## 1. Capoeira: lutas e trajetórias

Falar de capoeira é falar de uma parte significativa de nossa história, passada e presente. É vivenciar identidades e memórias que extrapolam o âmbito da própria capoeira, pois estão relacionadas à história daquilo que conhecemos por nacionalidade brasileira. É, por definição, um bem cultural que se desenvolveu no contexto da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

escravidão brasileira como jogo, luta e dança. Há várias teses para identificar “as origens” desta capoeira. Alguns acreditam que ela foi trazida da África Central, e trazida tal como se desenvolvia lá, pelos africanos escravizados; outros defendem que a capoeira surgiu dentro dos quilombos no Brasil<sup>2</sup>, mas o fato é que esta é uma manifestação afro-brasileira que tem seu passado ligado ao meio rural brasileiro e, só no século XIX, que se expande para os principais centros urbanos do país. Mello (s.d) destaca:

Até a primeira metade do século XIX, a capoeira era uma manifestação exclusiva dos negros escravos. Com sua passagem dos meios rurais para os centros urbanos, outros setores da sociedade começaram a participar desta manifestação, principalmente as camadas subalternas da população, como ex-escravos, estrangeiros e, até mesmo, membros da elite<sup>3</sup>.

Esta passagem da capoeira do meio rural para o urbano não se deu de modo pacífico. Os capoeiras eram considerados como a escória da sociedade e, como tal, perseguidos e marginalizados socialmente. Nos principais centros urbanos em que a capoeira se desenvolveu – Rio de Janeiro, Salvador e Recife – a repressão à capoeira e outras manifestações consideradas de degenerescência se fez presente. Beltrão (2007, p. 14) coloca: “... no Brasil [a capoeira] foi fortemente reprimida, tendo decretos que a consideravam prática subversiva e instrumento de vadiagem. No território brasileiro, grande era a repressão, mas mesmo assim, teve uma real representação nos pólos do Rio de Janeiro, Bahia e Recife”.

O Rio de Janeiro ficou referenciado pelas maltas, grupos de capoeiras conhecidos pela desordem que provocavam na cidade. Na Bahia, apesar de não haver

---

<sup>2</sup> Para uma melhor apreciação do tema, ver Dossiê elaborado para a candidatura da capoeira como patrimônio nacional (2007). Este Dossiê pode ser encontrado nas Superintendências Regionais do IPHAN no Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

<sup>3</sup> Esta citação é do texto de MELLO, André da Silva. **A história da capoeira: pressuposto para uma abordagem na perspectiva da cultura corporal.** Disponível em: [http://www.oocities.org/br/capoeiranomade/A\\_historia\\_da\\_capoeira\\_na\\_perspectiva\\_da\\_cultura\\_corporal-Andre\\_Mello.pdf](http://www.oocities.org/br/capoeiranomade/A_historia_da_capoeira_na_perspectiva_da_cultura_corporal-Andre_Mello.pdf). O artigo em questão não tem paginação nem o ano em que foi elaborado.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

muita documentação sobre a capoeira no século XIX, os capoeiras também eram vistos como desordeiros. Ainda assim, havia a participação de outros setores da sociedade que não apenas ex-escravos. Como é citado no Dossiê (2007, p. 22):

Constatou, através de queixas e reclamações dos jornais, a vigência do preconceito social e racial em relação à capoeira, assim como acontecia com outras manifestações afro-descendentes. Observou que, na imprensa baiana, o candomblé, a capoeira e o samba muitas vezes eram encontrados estreitamente interligados no universo de um mesmo indivíduo. E, embora confirme que a capoeira fazia parte principalmente do universo popular masculino, mostra que, já neste período, existiam pessoas da elite e também mulheres pobres que dominavam os códigos da capoeiragem.

Em Pernambuco, o universo capoeirístico ficou conhecido pelas figuras dos brabos e valentões. Silva (2006) destaca:

No Recife segundo OLIVEIRA (1985), a capoeira surge a partir da música e dança carnavalescas criadas no final do século XIX nesta cidade cristalizando-se como traço marcante de sua fisionomia urbana: o frevo (música) e o passo (dança). Não se sabe ao certo se a música trouxe o passo ou se este trouxe a música. O que se sabe é que, enquanto o frevo foi invenção dos compositores de música ligeira feita para o carnaval, o passo surgiu do povo, sem regra e sem mestre, espontaneamente. Frevo, palavra mágica - originada da palavra “ferver” — de muitas variantes possíveis; frevança, frevolência, frevolente, frevióca, frevar; cai no gosto do povo como sinônimo. De barulho, folia, reboleço, confusão e briga doméstica. O gosto dos capoeiras, pela música, pelas festas e folguedos, os atraía e concentravam onde quer que houvesse qualquer sinal de mobilização de festa ou brincadeira. Podíamos contar com a presença dos capoeiras, assistindo ou participando. (p. 36)

É a partir da década de 1930, com a consolidação dos estudos afro-brasileiros e a busca de uma identidade nacional que passava a encarar a mestiçagem de modo “cultural” e não discriminatório em que o mestiço e as manifestações afro eram vistos como “vergonha nacional”. Desponta o paradigma culturalista ao invés do paradigma racial, “No entanto, o paradigma culturalista emergente possui uma especificidade: classifica as expressões culturais em termos de pureza ou degradação” (Vassalo, 2003, p. 109). O puro e autêntico, nesta perspectiva, eram as manifestações que estavam longe do processo de urbanização e modernização. Neste sentido, o Nordeste passou a ser o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

espaço da tradição e o sudeste da modernidade. As implicações desta nova perspectiva influenciaram sobremaneira o universo capoeirístico. Os vários estudos da época se deslocam para o Nordeste, mais especificamente para a Bahia, “que se torna o *locus* da capoeira considerada mais pura. A luta praticada no Rio de Janeiro, tão ativa no século XIX, se apaga progressivamente da memória nacional” (Vassalo, 2003, p. 109).

Ainda neste mesmo processo, a capoeira deixou de ser vista como degenerescente e passou a ser considerada “brincadeira”, “dança”. Na Bahia, delinea-se dois campos: A capoeira regional, tendo a frente o mestre Bimba, e, a capoeira angola, tendo a frente mestre Pastinha. Como defende Vassalo (2003), “... acredito que a articulação entre capoeiras e intelectuais tenha polarizado as representações acerca dessa luta, percebendo a capoeira angola como a mais autêntica, por oposição a uma regional considerada híbrida, moderna e descaracterizada” (p. 111).

Em Pernambuco, no início do século XX, a fama dos brabos e valentões permanecia, mas houve um corte na capoeira pernambucana num intervalo histórico de 1915, aproximadamente, até a década de 1970. No final da década de 1970, então, há esta retomada e os capoeiras e “os sujeitos na condição de liderança retornam com a denominação de mestres de capoeira” (Silva, 2006, p. 45).

Com esta breve descrição da história da capoeira é preciso ainda lembrar que ela tomou contornos diversos no final do século XX e início do século XXI. A capoeira hoje está inserida nas academias, nas escolas, em mais de 150 países pelo mundo e atinge os mais variados públicos: crianças, adultos, idosos, homens e mulheres. No Dossiê, elaborado em 2007 para a candidatura da capoeira como patrimônio nacional, temos a seguinte explanação:

A capoeira é uma manifestação cultural que se caracteriza por sua multidimensionalidade – é ao mesmo tempo dança, luta e jogo. Dessa forma, mantém ligações com práticas de sociedades tradicionais, nas quais não havia a separação das habilidades nas suas celebrações, característica inerente à sociedade moderna. Ainda que alguns praticantes priorizem ora sua face cultural, seus aspectos musicais e rituais, ora sua face esportiva, a luta e a ginástica corporal, a dimensão múltipla não é deixada de lado. Em todas as práticas atuais de capoeira, permanecem coexistindo a orquestração musical, a dança, os golpes, o jogo, embora o enfoque dado se diferencie de acordo com a singularidade de cada vertente, mestre ou grupo. (Dossiê, 2007, p. 11)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## 2. Da patrimonialização

O órgão federal responsável pelo registro dos bens culturais nacionalmente é o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional “ao qual cabe, desde a promulgação do Decreto-lei nº 25, do ano de 2000, a competência legal da proteção no Brasil, bem como o trabalho técnico de inventário de conhecimento, o estabelecimento de critérios e a execução das obras de restauração...” (Santos, 2001, p. 44). É importante frisar que o IPHAN é dividido em superintendências regionais que atuam de acordo com a área em que estão situadas.

A metodologia utilizada pelo IPHAN é a do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais – que contempla quatro Livros de Registro: dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão, e dos Lugares. De acordo com as normas contidas no manual do INRC<sup>4</sup>, “O desenvolvimento do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC significa a disponibilização de um instrumento essencial para a identificação e documentação de bens culturais e, consequentemente, para as possibilidades de preservação desses bens” (p. ii)

Dito isto, voltemos para o processo de patrimonialização da capoeira. No ano de 2006 e 2007 foi realizada a pesquisa para o registro da capoeira. Como está exposto no Dossiê (2007, p. 8):

O desafio do Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil, realizado entre 2006 e 2007, era construir um diálogo entre o tempo histórico passado e o tempo presente. Como patrimônio vivo, a capoeira se mantinha no cenário atual através dos mestres que representavam o saber. Ao mesmo tempo, acumulava produção documental que atravessava os últimos três séculos. Havia a necessidade de

---

<sup>4</sup> O Manual do INRC pode ser encontrado nas Superintendências Regionais e está disponível para consulta. Mais informações acessar o site do IPHAN: [www.iphan.org.br](http://www.iphan.org.br).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

reconstituir brevemente a história da capoeira e realizar um registro instantâneo de seu momento presente.

A princípio, a pesquisa se voltaria principalmente para o Rio de Janeiro e Bahia, mas devido a um movimento dos capoeiristas em Pernambuco, e, devido ao centenário do Frevo, Pernambuco entrou na pesquisa. Um dos pontos-chaves do Registro Nacional, coordenado por Wallace de Deus Barbosa, foi promover encontros nos três estados para discutir os principais aspectos que deveriam permear a pesquisa. Tais encontros foram intitulados de “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”.

Os principais pontos levantados nestes encontros foram: 1) a necessidade de aposentadoria especial para os velhos mestres de capoeira; 2) A importância dos mestres de capoeira como divulgadores da cultura brasileira no cenário internacional, o que torna necessário pensar alternativas para facilitar seu trânsito por outros países; 3) a necessidade de criar mecanismos que facilitarão o ensino da capoeira em espaços públicos; 4) o reconhecimento do ofício e do saber do mestre de capoeira, para que ele possa ensinar em escolas e universidades; 5) a criação de um Centro de Referências da Capoeira que centralizasse toda a produção acadêmica sobre a capoeira, realizada por estudiosos espalhados em diversas disciplinas; 6) um plano de manejo da biriba, madeira usada para confeccionar o berimbau e que pode ser extinta no correr dos anos. (Dossiê, 2007, p. 10)

Assim, mestre e grupos foram entrevistados nos três estados e, juntamente, como o referido Dossiê, em 15 de julho de 2008 a capoeira foi reconhecida como patrimônio nacional. No processo, o saber dos mestres de capoeira (Registrado no Livro de Ofícios) e a roda de capoeira (Registrada no Livro de Formas de Expressão) foram os carros-chefe.

Em Pernambuco, o resultado da pesquisa nacional foi considerado insatisfatório no concernente aos dados referentes à capoeira pernambucana. Assim, em 2009 o IPHAN-SR/PE propôs a realização do Levantamento Preliminar<sup>5</sup> com o intuito de

---

<sup>5</sup> A etapa do Levantamento Preliminar consiste no preenchimento das fichas do Anexo I (Bibliografia); Anexo II (Registro Audiovisuais); Anexo III (Bens Culturais Inventariados) e Anexo IV (Contatos). Para a etapa do Inventário são necessários estes anexos mais os Questionários e Fichas de Identificação.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

complementar as informações da pesquisa nacional. Através de licitação, a Associação Respeita Januário venceu o processo licitatório e em parceria com o Laboratório de Patrimônio Cultural, Museus, Objetos e Coleções/LPC, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/PPGA da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, juntamente com o Núcleo de Etnomusicologia da UFPE, realizou a pesquisa. O Sítio delimitado foi a RMR – Região Metropolitana do Recife. Resumidamente o objetivo foi:

(...) a de realizar uma investigação de caráter horizontal, extensiva e minuciosa dos grupos, das Associações e Federações, das Rodas e dos Mestres das diversas modalidades de Capoeira nos catorze (14) municípios que constituem a Região Metropolitana do Recife. Este estudo teve a finalidade de complementar o Inventário Nacional da Capoeira, o qual dedicou pouco tempo e poucas páginas no seu Dossiê, a este esporte em Pernambuco. Portanto, o Levantamento da RMR veio preencher uma lacuna identificada por pesquisadores e, sobretudo, pelos Mestres residentes e atuantes no Recife e em municípios vizinhos. (Relatório Final de Pesquisa: Levantamento Preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais da Capoeira na Região Metropolitana do Recife)<sup>6</sup>

A pesquisa se estruturou da seguinte forma: preenchimento das fichas de contato dos mestres que estão em atividade; que gerem escolas ou grupos de capoeiras e “antigos mestres” que não necessariamente estivessem em atividade; preenchimento das fichas de Formas de Expressão com a trajetória dos mestres e grupos; preenchimento das fichas de Saber e Modo de Fazer do berimbau; fichas de Edificação das sedes e lugares de memória para a capoeira; e, preenchimento das fichas de Sítio (RMR) e Localidades (Recife, Olinda, Itamaracá, Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho).

Além das entrevistas com os mestres, a pesquisa teve o diferencial de pegar depoimentos das mulheres capoeiristas (num total de sete depoimentos). O que foi apontado durante estas entrevistas com as capoeiristas e também no I Encontro Feminino de Capoeira: A mulher entrou na roda, realizado em março de 2010 é que em

---

<sup>6</sup> O Referido relatório está disponível na 5ª Regional do IPHAN – PE e, brevemente, estará acessível no Banco de Dados do site do IPHAN.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Pernambuco a capoeira esteve associada ao papel dos brabos e valentões e a inserção da figura feminina era complicada, principalmente pelo machismo operante.

Com o passar dos anos, as mulheres em Pernambuco foram ganhando cada vez mais espaço, mas este espaço é algo que depende de uma série de variáveis: o grupo no qual a capoeirista está ligada e como o mestre encara a participação do elemento feminino; a multiplicidade de papéis que a mulher tem que desempenhar, a saber, esposa, mãe, profissional, capoeirista; dentre outros aspectos. Vale destacar que a primeira mulher a receber o título de mestre na capoeira foi Isa Mulatinho, no ano de 2010. A música abaixo representa um pouco o papel de atuação de muitas delas em Pernambuco e a busca por um empoderamento cada vez maior no universo capoeirístico.

#### MULHER NA RODA (Carolina Ferraz)<sup>7</sup>

Mulher na roda  
Não é pra enfeitar  
Mulher na roda  
É pra ensinar

Ê, ela treina com destreza  
E respeita o educador  
Mostrando delicadeza  
E também o seu valor

Mulher na roda  
Não é pra enfeitar  
Mulher na roda  
É pra ensinar

Já passou aquele tempo  
Que era só bater pandeiro  
Bater palma e cantar coro  
Pra poder ganhar terreno

Mulher na roda

---

<sup>7</sup> Disponível em <http://letras.terra.com.br/carolina-soares/1486525/>



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Não é pra enfeitar  
Mulher na roda  
É pra ensinar

Não precisa da espaço  
Pois ela já conquistou  
Hoje cantar bem na roda  
Não é só pra cantador

Mulher na roda  
Não é pra enfeitar  
Mulher na roda  
É pra ensinar

Foi realizado também um levantamento dos acervos públicos e privados na RMR e verificamos que o maior número de referências (textos, revistas, livros, fotografias) está nos arquivos privados dos mestres e pesquisadores. Os acervos públicos como o da Universidade Federal de Pernambuco, o Acervo Público de Olinda possuem poucos exemplares com relação ao bem.

Dentre os resultados da pesquisa alguns podem ser sintetizados do seguinte forma:

1. Não há um consenso, assim como em outros estados, das origens da capoeira. Mas, há uma forte referência aos mestres antigos como Bimba e Pastinha e aos princípios fundamentais da capoeira – eis a relação com a memória.
2. Alguns capoeiristas reclamam da ausência de maior diálogo entre os vários grupos em Pernambuco – eis parte da dimensão das disputas e conflitos que são próprios das relações sociais, culturais ou não.
3. Para alguns capoeiristas há uma diferença significativa entre capoeira regional e capoeira angola, mas para a maioria a capoeira é uma só e a que se pratica em Pernambuco é a “capoeira pernambucana” ou “capoeira contemporânea” que une os dois estilos mencionados, já que a divisão rígida nestes dois estilos faz parte de um passado datado. Eis a identidade da capoeira em Pernambuco que não é algo homogêneo, coeso, mas não deixa de refletir um espírito compartilhado.



4. Com relação ao papel das mulheres, um dos elementos apontados nas entrevistas é que a maior participação das capoeiristas abriu espaço para outros segmentos como o das crianças, dos idosos, entre outros setores<sup>8</sup>.
5. Muitos colocaram a necessidade de criação de um centro de pesquisa que pudesse ser um espaço cultural para a capoeira.

### 3. Breves considerações

Como apontado no início deste trabalho, o objetivo aqui não seria tanto o que patrimonializar, mas porque patrimonializar e quais as conseqüências desse processo. Acreditamos que a partir do momento que um bem é patrimonializado, bem ou mal, ele chama atenção para si da sociedade, dos órgãos oficiais e da própria comunidade em que o bem está inserido. Mesmo que, na maioria dos casos, os conflitos fiquem à margem das discussões principais no processo de Registro de uma manifestação, os debates podem levar a questões mais profundas que considerem as permanências e mudanças envolvidas em qualquer tipo de cultura.

Mas, nem tudo são flores! Não podemos desconsiderar que o fato de Registrar o bem possibilita essencializá-lo, isto é, considerar que as mudanças são nocivas por descaracterizar algo que já se tornou patrimônio. Ademais, o perigo é considerar que porque um bem foi patrimonializado já se resolveu a questão: os envolvidos diretamente na manifestação esperam atitudes do Estado e o Estado acha que já fez a sua parte. Esperar não é a palavra mais indicada, agir sim. Obviamente, este é um movimento complexo e que não é facilmente resolvido, mas impossível também não é.

Em suma, patrimonializar um bem, uma manifestação cultural é apenas parte de um longo processo social de reconhecimento e valorização de manifestações relegadas durante séculos, décadas, ao descaso. Afirmar isso não é considerar que um bem só terá

---

<sup>8</sup> Esta posição foi defendida especialmente pela professora de capoeira Izabel Cristina que faz parte do Centro de Capoeira São Salomão e foi uma das fundadoras do Grupo É Cor de Rosa Choque que desenvolve suas atividades no São Salomão.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

“seu espaço” na sociedade quando recebe o título de Patrimônio, porque isso seria restringir o movimento e a dinâmica da vida sócio-cultural a um único instrumento de preservação e registro.

### Referências bibliográficas

ABREU, Regina. “Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva”. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira, et al. (orgs). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. P 263-285.

AREIAS, Almir das. **O que e capoeira**. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 113 p. (coleção primeiros passos).

BELTRÃO, Mônica Carolina. **A Capoeiragem no Recife Antigo: os valentões de outrora**. Recife: Editora Nossa Livraria, 2007.

CARVALHO, José Jorge. As Duas Faces da Tradição. O Clássico e o Popular na Modernidade Latino Americana, Série Antropologia, n. 109. Brasília: UnB, 1991.  
Disponível em:

<https://docs.google.com/viewer?Url=http%3A%2F%2Fvsites.unb.br%2Fics%2Fdan%2Fserie109empdf.pdf>

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Os limites do patrimônio”. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira, et al. (orgs). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. P 239-248.

\_\_\_\_\_. “O patrimônio como categoria de pensamento”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. P 25-33.

**DOSSIÊ: Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil**. Brasília, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

\_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MELLO, André da Silva. **A história da capoeira: pressuposto para uma abordagem na perspectiva da cultura corporal**. Disponível em: [http://www.oocities.org/br/capoeiranomade/A\\_historia\\_da\\_capoeira\\_na\\_perspectiva\\_da\\_cultura\\_corporal-Andre\\_Mello.pdf](http://www.oocities.org/br/capoeiranomade/A_historia_da_capoeira_na_perspectiva_da_cultura_corporal-Andre_Mello.pdf)

MÜLLER, Elaine; FRANÇA, João Paulo. “A 'patrimonialização' dos bens culturais de natureza imaterial: notas a partir das experiências de Registro em Pernambuco. In: **VII Reunião de Antropologia do MERCOSUL**, 2007, Porto Alegre. Anais.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da Identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.

OLIVEIRA, Valdemar. **Frevo, capoeira e passo**. 2 ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.

PEIXOTO, Paulo. “A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. N. 70, dezembro, 2004.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SANT'ANNA, Márcia. “A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. P 49-58.

SANTOS, Célia Rodrigues. “Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural”. *Revista São Paulo em Perspectiva*. Vol. 15, n. 2, p. 43-48, 2006.

SILVA, Bruno E. Santana da. *Menino qual é teu mestre? A capoeira pernambucana e as representações sociais de seus mestres*. **Dissertação de Mestrado**. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

VASSALO, Simone Pondé. “Capoeiras e intelectuais: a construção coletiva da capoeira autêntica”. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 32, p. 106-124, 2003.